

O imperativo criativo

*Discurso da Chanceler Dra. Angela Merkel
na Abertura do Fórum Econômico Mundial
em Davos, 25 de janeiro de 2006*

143

Prezado Senhor Presidente da
República,
Estimado Sr. Schwab,
Senhoras e Senhores!

Desejo agradecer cordialmente o convite para falar por ocasião da abertura deste fórum. Sei que esta é uma grande honra para a Alemanha e estou feliz por poder estar aqui.

O título *O imperativo criativo* lembrará a muitos primeiramente o nome de Immanuel Kant e seu imperativo categórico, quando em seu tempo levantou a bandeira da autodeterminação como expressão da liberdade humana. O imperativo criativo talvez soe como algo complicado, mas eu simplesmente o entendo assim: existe em nossos dias uma necessidade imperiosa – pode-se quase dizer uma coação – para a criatividade. Na verdade, isto deveria ser sempre a mola propulsora de uma política no mínimo razoável, para falar daquilo que é minha

atribuição. Mas eu creio que hoje, mais do que nunca, é válido dizer que quem prevalecer na competição das idéias também poderá configurar o seu futuro, e isto vale para qualquer um neste mundo.

Na Alemanha falamos atualmente, inclusive no contexto do preparo da Copa do Mundo de Futebol, do nosso país como a terra das idéias. Há quem diga, pensando nos problemas que temos – e o principal deles é o desemprego –, que “Idéias assim lançadas ao vento são belas palavras!” Creio que não podemos viver apenas de idéias, mas que também temos de mostrar que somos capazes de em seguida pôr essas idéias em prática – cada um no seu lugar, na Alemanha, na Europa e no mundo.

Ao falar pelo meu país, desejo que a Alemanha possa nos próximos dez anos voltar a ocupar um lugar entre os três primeiros na Europa no que se refere ao crescimento, ao

EM FOCO

emprego e à inovação. Fazemos e dizemos. Creio que seremos capazes de realizar esse propósito para nós, mas também digo que será de importância decisiva para a Europa que a Alemanha seja capaz de consegui-lo. Soa bem falar em converter idéias em ações, mas é claro que uma análise clara também mostra que a verdade inclui em muitos aspectos entre nós uma paralisia causada por nós mesmos. Um empecilho aqui, outro empecilho acolá, isto não funciona, aquilo não funciona. Ou seja, ao falar da Alemanha, tenho a impressão de constatar que precisamos de mais espaço de manobra, ou melhor, de mais liberdade.

Se quisermos alcançar o objetivo de em dez anos realmente estar de novo na vanguarda do crescimento, do emprego e da inovação, então apelo em meu país insistentemente em favor de uma máxima na verdade bem antiga: o trabalho (nosso problema central na Alemanha) requer crescimento, e o crescimento requer liberdade. Isto implica soltar o freio, voltar a respirar fundo, ver em primeiro lugar as chances do desenvolvimento e não os riscos. Esta é uma liberdade responsável, não uma liberdade *de* algo, mas *para* algo.

Por isso, ao preparar este discurso, pensei não somente em Immanuel Kant, mas também me

lembrei de um dos meus antecessores, a saber: no pai da economia social de mercado, Ludwig Erhard. Ele nos disse em 1948: “A união entre liberdade e responsabilidade requer ordem”. Em 1957 ele escreveu em seu livro *Wohlstand für alle* (Prosperidade para todos): “Desejo ser aprovado por mérito próprio. Desejo assumir por mim mesmo o risco da vida, quero ser responsável pelo meu destino. Trata tu, Estado, de me manter em condições para isso.”

Mérito próprio e o Estado como força ordenadora – estes são os dois pólos da economia social de mercado. Para mim, essas frases que Erhard proferiu em 1948 e 1957 não perderam nada, absolutamente nada da sua atualidade. Elas caracterizam a reivindicação de uma idéia que abriu os novos rumos daquele que no meu entender é o mais bem-sucedido e humanamente digno ordenamento econômico e social que jamais existiu, a saber: a economia social de mercado. Trata-se, por um lado, da confiança no cidadão emancipado e, por outro, da idéia da compensação social como característica do cidadão emancipado. O fundamento intelectual é a idéia da liberdade responsável. Foi a lição de amargas experiências – de exploração, desemprego em massa e guerras – e na Alemanha não ficou apenas na

idéia, mas foi também posta em prática. Isto resultou naquilo que se conhece na Alemanha como o Milagre Econômico.

E como estamos hoje? Hoje a situação é a de que lutamos com muitos problemas, por exemplo com uma taxa de desemprego assustadoramente alta na Europa. Muitos, e exatamente aqueles que sentem a pressão da concorrência e que temem por sua prosperidade, mas também os que receiam não poder participar do desenvolvimento da prosperidade, percebem a globalização como um perigo, uma ameaça. Têm medos. De fato, é verdade que o mundo mudou rapidamente desde o término da Guerra Fria. Para nós, na Alemanha, mudou com a queda do Muro de Berlim em 9 de novembro. Essa mudança prosseguiu e foi acompanhada ou talvez até provocada pelo desenvolvimento da internet, o fato de que o capital penetra hoje em cada rincão do mundo, que as informações perpassam tudo, e que com isso a liberdade também pode ser vivenciada. Enxergamos o fato de que as nações industrializadas respondem hoje por 20% da população mundial, mas consomem 70% da energia. Sabemos que mais de um bilhão de pessoas dispõe de um valor correspondente a menos de um dólar para viver. Ouvimos

sobre taxas de crescimento na China de tirar o fôlego: há poucos dias falou-se em quase 10%. Tudo isso aponta para uma reviravolta e mostra que vivemos em um tempo de transformação.

Há cerca de 200 anos percebeu-se na Europa uma mudança qualitativa muito nítida pela transformação de uma sociedade agrária em sociedade industrial. Creio que hoje vivemos em um tempo no qual a sociedade industrial vem se transformando em uma sociedade do conhecimento, que essa transformação já avançou muito e que este fato nos coloca novamente diante de desafios qualitativamente novos: diante de um desafio que nos impõe pensar em termos novos.

Diante desse pano de fundo, temos de responder a uma pergunta crucial, e para isso dependemos todos uns dos outros: de que estrutura de organização necessita nosso mundo transformado? – Esta pergunta se põe diante das nações industrializadas, das nações emergentes e das nações em desenvolvimento. Se não dermos uma resposta conclusiva a ela, se não conseguirmos chegar a um consenso a esse respeito, ocorrerá o desenvolvimento de novas e graves distorções sociais e outras, por cujas conseqüências todos seremos então responsáveis.

EM FOCO

146

CADERNOS ADENAUER VI (2006) Nº1

Creio de fato que a resposta correta seja o imperativo criativo. Precisamos conseguir que, por um lado, a política intervenha nos pontos certos e que, por outro lado, também se retraia nos pontos certos. Esta é a tarefa diante da qual hoje todos nos encontramos. Isto quer dizer que, semelhantemente ao que se deu no início do período da economia social de mercado, as forças próprias e a capacidade e as necessidades do Estado precisam ser balanceadas.

No entanto, também creio que isto não seja assim tão simples, que baste dar continuidade ao desenvolvimento, mas que assim ficaríamos aquém do alvo. Do meu ponto de vista, as reorientações que deveremos providenciar implicam a necessidade de prosseguir com o desenvolvimento da economia social de mercado. Chamo isso de “nova economia social de mercado”, um novo patamar em dois sentidos: por um lado em direção à dimensão internacional, por outro, no entanto, também no que se refere à densidade do entrelaçamento do mundo como um todo.

Quando falo em nova economia social de mercado, isto sempre desperta as mais diversas discussões em minha terra, a Alemanha. Pergunta-se: seria isto agora o abandono dos princípios da economia social de mercado? – É

claro que não, mas é a confissão de admitirmos neste novo tempo que estamos diante do desafio – desafio esse que a política precisa enfrentar – de configurar a globalização. Em grande parte, os temores das pessoas resultam da perda da confiança em que a política seja capaz de configurar as conseqüências da globalização. Por isso tenho a convicção de que também nos tempos da globalização a política tenha uma tarefa configuradora.

Para nós na Alemanha isto significa e está perfeitamente claro que temos de fazer nossa lição de casa. Significa que temos de modificar a política nacional. Significa que, como maior economia da Europa, temos de assumir nossa responsabilidade na Europa. Faremos isso de modo muito particular no âmbito da nossa Presidência, mas é claro que se trata de uma tarefa permanente. Significa também que precisamos corresponder à nossa responsabilidade internacional. Senhor Schwab, o senhor acabou de mencionar que a Alemanha presidirá no ano que vem o Grupo G8 e que tentará então prestar também sua contribuição ali.

Creio que, para entender no século XXI a economia social de mercado em termos de “nova economia social de mercado”, teremos primeiro de reordenar as prioridades da atuação política, e

isto com uma noção de política que aponte para a frente e que se importe com as gerações vindouras. Para nós na Alemanha, por exemplo, isto significa antes de tudo o saneamento da nossa situação financeira, dos nossos orçamentos. Temos um problema demográfico. Sabemos que temos carência de jovens. Ao mesmo tempo vivemos à custa do futuro, na medida em que nos endividamos permanentemente. Ou seja, estamos roubando das gerações futuras as margens de manobra para investimentos e desenvolvimento, e não é possível responsabilizar isso moralmente.

Segundo: temos de investir no futuro. Para mim, isto significa antes de tudo investir em pesquisa e desenvolvimento, porque a inovação é a chave propriamente dita. O imperativo criativo reflete-se na questão do quanto somos inovadores, o que vale naturalmente em especial para países com alto padrão social e salários comparativamente altos. Somente poderemos preservar essa prosperidade se abrirmos absoluta prioridade à inovação. Isto significa que na Alemanha nos decidimos agora a cumprir de fato até 2010 o alvo de despendar 3% do produto interno bruto em pesquisa e desenvolvimento. Esta é uma incumbência da política. É, porém, também, uma incumbência da

economia. Isto, por sua vez, significa para a política a tarefa de criar para a economia condições tais que realmente possibilitem atuar bem nas áreas inovadoras. Menciono aqui apenas a área da indústria farmacêutica e da tecnologia genética. Em toda parte a definição das condições gerais decidirá se em seguida será possível ser suficientemente inovador na Alemanha.

Digo que isto implica também uma competição entre as melhores cabeças. Tudo tem algo a ver com a maneira como organizaremos nosso sistema educacional e em que medida somos atraentes. Digo que, em uma sociedade como a alemã, o que importa é melhorar a compatibilidade entre profissão e família. Com certeza trata-se de priorizar unidades pequenas e flexíveis. Por isso nos ocupamos na Alemanha muito intensamente com a reorganização das estruturas federais, a fim de tornar as decisões rapidamente viáveis e aplicáveis. Trata-se para nós de um ponto que considero extraordinariamente importante, que é a reforma – melhor seria dizer: a redução – dos custos de trabalho na forma dos encargos trabalhistas adicionais, porque creio que justamente o fator trabalho será o fator decisivo pelo qual as pessoas nos avaliarão no sentido de que se alcance realmente

EM FOCO

148

CADERNOS ADENAUER VI (2006) Nº1

para sua prosperidade aquilo com que contam.

Temos de perguntar-nos algo que só posso esclarecer mediante um exemplo: Com o que as pessoas gastarão seu dinheiro no futuro? Qual será o alvo do seu interesse? Creio que neste contexto toda a área da saúde é de extraordinária importância e que por isso também temos de desenvolvê-la com vistas à liberdade. Exatamente por isso a reforma do sistema de saúde também será um ponto muito essencial para nós.

Teremos de ocupar-nos com a questão da viabilidade futura do nosso sistema tributário. Dissemos: Não, nesta área precisamos de uma reforma justamente para as empresas. Depois desta reforma precisaremos – e isto quero dizer àqueles que talvez estejam cogitando investir na Alemanha – também de uma certa dose de constância, para que os empresários que tomam decisões de longo prazo possam confiar naquilo que foi decidido e não tenham de recomeçar tudo a cada ano.

Senhoras e senhores, é claro que em segundo lugar precisamos de um mundo no qual se medite sobre um ordenamento internacional da concorrência. Gostaria de me posicionar aqui muito claramente a favor das instituições internacionais. Creio

que a celebração opcional de acordos bilaterais entre os diversos atores do mundo não nos levará avante, mas que temos de aprender a também firmar acordos entre nós num mundo global. Por isso é claro que não pode existir uma resposta socialista com uma moldura ordenadora central predeterminada, mas é preciso ocorrer um novo entrelaçamento entre atuação privada e política. Temos de pensar juntos nisso, e eu creio que Davos é um dos melhores lugares para este fim.

Creio que as negociações da OMC ocupam uma função-chave. O comércio e a liberdade do comércio são grandes premissas para possibilitar a participação dos atores. Também na Alemanha há muitos temores de que o livre comércio possa trazer desvantagens. Todas as liberdades adicionais na Alemanha contribuíram em geral para que esta se desenvolvesse melhor. Também aqui precisamos, portanto, superar temores. Houve leves progressos em Hongkong, mas a rodada não pode terminar assim – precisamos derrubar mais barreiras. Deveríamos pleitear – e eu de qualquer forma o farei – que a OMC se torne uma grandeza importante nos acordos internacionais.

É claro que para isso precisamos de um acesso honesto ao livre comércio mundial para os

países em desenvolvimento. Neste ponto também quero destacar que, no âmbito das resoluções da UE, a Alemanha apóia o objetivo da ONU de aplicar até 2015 0,7% (do produto interno bruto) em ajuda para o desenvolvimento. Penso que ainda necessitaremos de um diálogo estratégico com os países emergentes. Neste ponto o mundo está em transformação e nós europeus somos fortemente desafiados a levar avante o desenvolvimento deste processo.

Precisamos de um entrelaçamento da proteção ambiental e de medidas sociais com a Organização Mundial do Comércio, com o Fundo Monetário Internacional e com o Banco Mundial. É preciso conciliar as questões entre si. Assim como dentro da economia social de mercado – pelo menos esta é nossa experiência – o equilíbrio social e ecológico também sempre foi parte de uma sociedade em que valesse a pena viver, creio que este tema também deverá fazer parte do ordenamento de um mundo futuro.

Precisamos de proteção da propriedade intelectual. Quando falamos do imperativo criativo, então evidentemente será da máxima importância conseguirmos proteger efetivamente as inovações intelectuais contra pirataria. Além disso, é minha firme convicção de

que precisamos também de mais regulamentações nessa área – e a Alemanha se empenhará nisso em âmbito da sua presidência do G8.

Necessitamos de normas técnicas comuns. Percebo também isso como um campo sumamente interessante, porque em última análise também abre acessos a mercados. Partindo da Alemanha, tivemos na Europa experiências extraordinariamente positivas quando estabelecemos as normas para o desenvolvimento do telefone celular. Ainda hoje podemos dizer que daquilo resultou uma posição que nos proporcionou a liderança de mercado. Parece-me que a questão do modo como entraremos em consenso sobre normas ainda não ganhou a importância que na verdade lhe cabe.

Senhoras e senhores, é claro que também precisamos de entendimento sobre valores fundamentais comuns. Gostaria de abordar isto brevemente tomando como exemplo a discussão europeia que trata do contrato constitucional. Do meu ponto de vista, esse contrato tem uma importância tão grande para a União Europeia porque, além das suas regulamentações individuais, ele contribuiu para esclarecer-nos sobre nosso consenso de valores. Creio que precisamos dessa discussão tanto na comunidade

EM FOCO

ISO

CADERNOS ADENAUER VI (2006) Nº 1

transatlântica como também para além dela, na comunidade mundial. Não será possível chegar a consensos econômicos e políticos sem consensos éticos. Por isso essa discussão precisa correr em paralelo.

Senhoras e senhores, creio que em terceiro lugar precisamos de novos instrumentos e mecanismo. Acabamos de nos acostumar na Alemanha a agir em função de leis muito rígidas, com décadas de validade. Agora teremos de aprender a tornar-nos muito mais flexíveis, a buscar o melhor caminho, a participar de processos de *benchmarking* e a participar das experiências de outros. Isto implica uma abertura.

Precisamos acima de tudo da força para nos ocuparmos com o tema do desmonte da burocracia. Fiz desse tema um assunto de chefia para o trabalho do nosso governo porque creio que no momento estamos cerceando na Alemanha um grandioso potencial por nos enredarmos em regulamentações que aparentemente prometem segurança. Tendo em vista que na Alemanha 4 a 6% do faturamento das empresas de pequeno ou médio porte são consumidos pelo custo da burocracia, então realmente compensa nos dedicarmos a avaliar se não poderíamos investir essa força e esse capital em gente – em jovens e em trabalhadoras e

trabalhadores mais idosos, em vez de ficar constantemente imaginando novas regulamentações aparentemente seguras.

Creio que não conseguimos avançar mais com o exame de regulamentações individuais porque cada uma delas se tornou a essa altura um lobby de determinado grupo, mas que precisamos aprender a medir os custos da burocracia e estabelecer alvos sobre como queremos reduzi-la. Queremos no caso lançar mão das experiências dos holandeses e também dos britânicos. Instituiremos um conselho de controle de normas que acompanhará todo esse processo porque para a política é penoso eliminar aquilo que ela mesma criou no passado. Trata-se de um fenômeno generalizado, cujo sucesso não costuma ser muito bom.

Senhoras e senhores, no âmbito da nossa presidência na UE levaremos avante e fortaleceremos exatamente este processo também na área europeia. A Europa definiu este objetivo para si – e a Europa só o alcançará com a Alemanha. A Europa pode atingir tal objetivo, mas terá muito a fazer para tornar-se até o ano de 2010 aquele continente dinâmico. Não pretendo agora fixar-me no ano; creio que nesse aspecto ainda temos alguns problemas. Mas o propósito de voltarmos a fazer parte dos

inovadores no sentido do imperativo criativo, a pertencer aos que determinam o ritmo do mundo, a ele não podemos renunciar. Eu, pelo menos, não renunciarei a ele e me empenharei em que o façamos, porque a nossa prosperidade depende disso.

Isto, porém, também significa fazermos dessa assim chamada estratégia de Lisboa a prioridade política da nossa atuação na Europa. Significará então que faremos algo que se fez agora pela primeira vez na Comissão Européia, ou seja, repor diretrizes existentes há décadas mais uma vez no banco de provas, não nos limitarmos a sempre acrescentar mais alguma coisa às regulamentações já existentes, mas que também nos questionemos: o que precisa ser eliminado? – Às vezes a eliminação de alguma diretriz pode representar um ganho maior que a persistência em uma (antiga) ou a criação de uma nova. A eliminação de leis, porém, é no mínimo tão difícil quanto a sua criação. Não me cansarei em defender na União Européia a existência do princípio da descontinuidade ou da validade finita de diretrizes, porque hoje em dia é assim que uma diretriz uma vez lançada no mercado permanece até o fim da história. Não há meio de eliminá-la novamente. É por isso que em muitos pontos não conseguimos avançar. Isto nada tem

a ver com segurança, mas segundo minha firme convicção, traz insegurança à Europa. Por isso usaremos a presidência alemã do Conselho também exatamente para conseguir realizar de fato algo com os potenciais existentes na Europa.

Senhoras e senhores, encontramos-nos, pois, de um modo geral diante de grandes tarefas, visto que no mundo uns vêm passando por um célere desenvolvimento, enquanto outros sofrem preocupações e medos. Eu pertenço àquela parte do mundo que estava acostumada a uma posição de vanguarda do movimento. Com o término da Guerra Fria experimentamos a realização de sonhos – de que repentinamente estávamos livres. Em seguida percebemos que essa liberdade nos expõe a uma pressão competitiva maior. Temos – digo isso pelo menos em relação à Alemanha – grandiosas premissas: uma democracia experiente, muita experiência em possibilidades de resolução de conflitos, boas redes sociais, segurança ecológica. Conseguimos muito. Seria constrangedor se não tivéssemos a força de entender como oportunidades os desafios com que hoje nos defrontamos.

Creio que poderemos vencer se juntos mantivermos a compreensão de que a liberdade é um bem

EM FOCO

elementar para os homens, que liberdade não é arbitrariedade, mas liberdade responsável, e que a nova dimensão da economia social de mercado pode ajudar-nos em uma ordem global a encontrar o nosso lugar neste mundo. Não haverá mais nenhum problema do qual possamos evadir-nos e que não mais nos atinja direta ou indiretamente. Isto, porém, não é motivo para sobrecarga, mas no fundo trata-se de um desafio.

Em minha declaração governamental afirmei que daremos numerosos passos pequenos. Trabalhamos em uma grande coalizão, mas estou firmemente convicta de que, se emprendermos esses passos com decisão, também teremos toda a força e todas as possibilidades para que a Alemanha possa fazer jus ao seu papel no mundo: como motor na Europa, como integrante responsável dos países G8, como uma nação que presume que todos tenham os mesmos direitos de melhorar seu padrão de vida, como uma nação consciente da finitude dos recursos e que finalmente também precisa realizar algo que para mim é um segundo ponto extremamente importante ao lado da liberação de forças, a saber, de dizer de que maneira lidaremos com nossos recursos e seu consumo, por exemplo com a política energética.

Neste momento não temos respostas estratégicas definitivas, e exatamente por isso o novo governo alemão também se ocupará de um modelo energético que leve em conta as várias matrizes energéticas e que considere o modo pelo qual poderemos poupar energia. Já fui ministra do Meio Ambiente e vi que boa tecnologia também pode ser um imperativo criativo para desenvolver o mundo como todo.

Senhoras e senhores, há 200 anos James Watt se queixava conforme vou citar: “Não há nada mais tolo na vida do que inventar. Tenho agora 35 anos de idade e ainda não dei ao mundo nem 35 pence de proveito.” Àquela altura, aquele homem já tinha há dois anos registrado uma patente, e 17 anos depois ficou evidente: a máquina a vapor mudou o mundo. A era da industrialização se iniciara. Vemos por isso em tudo o imperativo da criatividade: sem as antigas virtudes do trabalho, da perseverança, da vontade de realizar, da convicção, da diligência e do tempo, nada se conseguirá.

Creio que hoje, nas primeiras décadas da era da informação e do conhecimento, estamos novamente diante da pergunta: vamos participar? Conseguiremos participar do desenvolvimento do mundo? Muitos não sabem mais que os alemães deram início à era

do computador quando o alemão Konrad Zuse construiu o primeiro computador. Pensando na Google, na Microsoft e em outros, sem querer aqui destacar quem quer que seja, preciso confessar francamente que não participamos do desenvolvimento que daí resultou num grau que me pareça suficiente. Digo isso com uma sensação bastante dolorosa, porque estamos justamente celebrando na Alemanha o ano da informática e porque precisamos pensar em como poderemos novamente conquistar nossa parcela na agregação de valor e no desenvolvimento por meio de inovações.

Creio, de qualquer forma, que houve omissões porque em certos pontos não transformamos as idéias em ações e aplicações. Por isso tenho para mim que a Alemanha precisa voltar a crer nisso e me empenharei muito para que o governo trabalhe no sentido de que o nosso país possa de novo voltar a viver melhor das suas idéias. A Alemanha e a Europa prestarão a sua contribuição para que se possa um dia dizer retrospectivamente: estes foram anos de inovação em nosso continente. Digo isso não em oposição a outros, porque observo as capacidades da China, da Índia e

de muitos outros países deste mundo, mas digo-o apenas para expressar que queremos enfrentar a competição. Queremos enfrentá-la porque cremos que, com o nosso modo de administrar e com o sucesso da economia social de mercado, configuramos uma sociedade economicamente bem-sucedida, porque temos de conseguir isso novamente no plano global e porque creio que podemos prestar uma contribuição para esta discussão.

Por isso quero citar mais uma vez Ludwig Erhard. Citei-o no início e vou simplesmente repetir: “Desejo ser aprovado por mérito próprio. Desejo assumir por mim mesmo o risco da vida, quero ser responsável pelo meu destino. Trata tu, Estado, de me manter em condições para isso.” Esta é a tarefa de uma política criativa, de uma política que crê na possibilidade de moldar a globalização, de política que livra as pessoas do medo e lhes dá esperança, de uma política que não aborda os outros com veleidades protecionistas, mas que enfrenta alegremente a competição em torno das melhores idéias no âmbito do imperativo criativo. Muito obrigada por ter podido hoje dirigir-lhes a palavra!